

ISSN 2238-9113

ÁREA TEMÁTICA:

- () COMUNICAÇÃO
- () CULTURA
- (X) DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA
- () EDUCAÇÃO
- () MEIO AMBIENTE
- () SAÚDE
- () TRABALHO
- () TECNOLOGIA

ALTERANDO PERCURSOS E CRIANDO OPORTUNIDADES PARA JOVENS E ADULTOS EM SITUAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE PENA ALTERNATIVA.

Milena da Silva Gorette (mismimilena@hotmail.com)
Laís Adriane Rombach Pereira (lais.laes@hotmail.com)
Fabiana Mendes de Souza (fabianamendesdesouza@gmail.com)
Andréia Vaz Stadler (andreivaz14@hotmail.com)
Marli de Fátima Rodrigues (marlirodpg@uol.com.br)

RESUMO – O artigo tem por objetivo apresentar o trabalho desenvolvido pela equipe da área de Pedagogia do Programa Patronato Penitenciário de Ponta Grossa, o qual fundamenta-se nos pressupostos da educação social porque tem como objetivo promover o resgate ao direito à educação desenvolvendo processos educativos num espaço que não se caracteriza como campo institucional de ensino. Dentre as ações desenvolvidas por esta equipe, destacamos a atuação junto ao sujeito que cometeu um ato infracional para que converta a sua pena de prestação de serviço à comunidade (PSC) para a forma de retorno aos estudos e, ainda, a realização de encontros que promovem processos educativos de compartilhamento de experiências e expectativas de projetos futuros com o objetivo de incentivar esses sujeitos, denominados de assistidos, para que após o término da pena não abandonem o processo formal de escolarização. As informações utilizadas nesta publicação foram retiradas dos prontuários e das pastas de acompanhamento mensal dos assistidos, bem como, fichas de registros de matrícula fornecidas pelos Centros de Educação Básica de Jovens e Adultos do município de Ponta Grossa. Em conclusões, apresentamos os encaminhamentos resultantes das medidas alternativas de cumprimento de pena em forma de retorno aos estudos no período de um ano.

PALAVRAS-CHAVE – Pedagogia. Educação Social. Direito.

Introdução

As ações que são descritas nesta comunicação tratam especificamente do trabalho que é desenvolvido por uma equipe formada por profissionais recém-formados e estagiários do curso de Pedagogia com atuação dentro do Programa Patronato Penitenciário de Ponta Grossa, é uma ação extensionista desenvolvida pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), tendo como parceiras as seguintes instituições: a Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária (SESP/PR), a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) e a Instituição de Ensino Superior Sant'Ana (IESSA).

A proposta de trabalho do Programa tem caráter multidisciplinar e tem por objetivo prestar assistência jurídica, psicológica, social e pedagógica a indivíduos beneficiados por medidas alternativas em crimes de menor potencial ofensivo, egressos do sistema penitenciário que fizeram jus a progressão de regime e beneficiários de suspensão e

livramento condicional de pena encaminhados pelo Fórum da Comarca. Neste sentido, além da equipe da área de Pedagogia, o Programa é composto por profissionais e estagiários da área de Direito, Serviço Social, Psicologia e Administração. Cada equipe desenvolve um projeto relacionado a sua área e direcionado a delitos específicos.

A equipe da área de Pedagogia, a qual desenvolveu esta análise, é responsável pelo Projeto “Educação dos Assistidos pelo Programa Patronato Penitenciário de Ponta Grossa” e pelo Subprojeto “E-Ler”. O primeiro tem por objetivo informar aos assistidos a possibilidade de conversão da Prestação de Serviço Comunitário (PSC) para retorno aos estudos, encaminhar e acompanhar o processo de escolarização em espaços que oferecem Educação de Jovens e Adultos (EJA), bem como, incentivar e motivar os mesmos para dar continuidade aos estudos mesmo após o término da pena. O Subprojeto “E-Ler” parte da necessidade de ampliar a visão crítica dos assistidos, por meio de encontros temáticos, visa proporcionar o diálogo, a reflexão e o compartilhamento de experiências e expectativas entre os assistidos.

A equipe da área de Pedagogia desenvolve um trabalho educativo fora do sistema institucional e com peculiaridades que não se restringe ao campo do desenvolvimento de ensino e da docência confirmando, portanto, que a escola não é o único ambiente educativo capaz de efetivar ações concebidas para gerar conhecimentos e aprendizagens.

Objetivos

O trabalho que é desenvolvido pela equipe da área de Pedagogia, por meio dos projetos citados, tem por objetivo contribuir para diminuir a reincidência criminal ao promover junto aos assistidos condições para que estes possam tornar-se conscientes de suas ações e agentes transformadores de sua própria realidade. Assim, é possível afirmar que as ações desenvolvidas pela equipe da área da Pedagogia extrapola concepções e práticas tradicionais de ensino, pois promove o resgate ao direito à educação aos assistidos que não tiveram a oportunidade de estudar em idade própria e, especialmente, viabiliza a construção de um novo projeto de futuro que não se circunscreva na ilegalidade.

Referencial teórico-metodológico

Partimos de uma recusa em compreender o conceito de educação restrito ao processo que se desenvolve no espaço da instituição escolar, não obstante a educação constituir-se um direito do ser humano e dever do Estado, essa perspectiva deve ser compreendida de maneira ampla, como processo social e prática cultural em sua totalidade. Nesse sentido, as reflexões

advindas das práticas de educação popular auxiliam no entendimento e no reconhecimento da importância que diferentes relações educativas promovem, justamente quando os grupos envolvidos demandam aspectos sociais e culturais específicos, como é o caso dos assistidos pelo Programa Patronato.

A partir dessa reflexão buscamos compreender a prática desenvolvida pela referida equipe no Programa em questão. Afinal o trabalho desenvolvido reúne uma série de ações que de maneira pontual e específica cumprem uma função mediadora no processo de resgate da cidadania e construção de uma consciência de direitos e deveres.

O papel do(a) Pedagogo(a) junto ao Programa Patronato extrapola formas tradicionais e conservadoras de educação, pois o trabalho é desenvolvido com pessoas que tiveram o seu direito à educação negado, muitas vezes pela necessidade de trabalhar desde muito cedo e que hoje precisam de incentivo para retornar aos estudos e não abandoná-lo após cumprirem suas penas. O grupo se inspira nas reflexões de Freire para compreender sua existência como profissional da Pedagogia, pois:

O significado de pedagogia é mais bem compreendido no contexto do conceito de práxis, no qual Freire tenciona dialeticamente a ação e a reflexão. A pedagogia se situa no âmbito dessa tensão, em que a prática e a teoria estão em permanente diálogo. Nesse sentido, pedagogia refere-se a práticas educativas concretas realizadas por educadores e educadoras profissionais ou não. Vem a ser o próprio ato de conhecer, no qual o educador e a educadora têm um papel testemunhal no sentido refazer diante dos educandos e com eles o seu próprio processo de aprender e conhecer (STRECK, p. 312, 2008)

Por meio da práxis que é desenvolvida, os integrantes da área da Pedagogia conseguem reelaborar suas relações educativas, pelo qual fica evidente que o processo educativo ocorre numa relação de troca e de interação, em que os integrantes da área acabam questionando conceitos e práticas tradicionalmente, socialmente e historicamente construídas, resultando em um processo de criação e estabelecimento de novas práticas, em que os velhos conceitos são revistos, avaliados, ressignificados e a busca por outros conhecimentos se torna uma necessidade e um desafio constante.

A partir da afirmação de Ribas Machado (2010, p. 43), ratifica-se que o referido processo educativo se insere nos preceitos da Educação Social, pois:

Na Educação Social seriam sistematizadas as práticas educativas que acontecem em diferentes espaços e ambientes e que não seguem a didática escolar, no sentido de apenas transmitir conteúdos. Desse ponto de vista, a concepção de construção do conhecimento, a transformação da realidade e a emancipação através da conscientização crítica dos fatos cotidiano, bem como a Educação Social podem ser considerados meios pelos quais as práticas educativas alcançam tais objetivos.

Essas reflexões permitem indicar que todos os profissionais envolvidos no Programa Patronato Penitenciário de Ponta Grossa, desde que atuem a partir das perspectivas e fundamentos críticos apontados, passam a ser compreendidos como Educadores e Educadoras Sociais, afinal como explica Gadotti (p. 17, 2012) “Numa perspectiva crítica o educador social, além de possuir domínio técnico-pedagógico específico, pode ser considerado como um profissional do sentido da transformação social e da emancipação humana”.

Desta maneira acreditamos que o trabalho realizado dentro do Programa Patronato é desenvolvido dentro da lógica da ampliação da concepção de educação e do direito à educação e inspirado nas concepções emancipadoras da educação popular como também em uma perspectiva que busca compreender as relações educativas e sociais para além dos aspectos formais de ensino. Assim, é possível estabelecer a importante relação entre essas práticas educativas com a garantia dos direitos humanos.

Resultados

Os dados apresentados nessa pesquisa foram coletados no período de setembro de 2013 à abril de 2014, por meio das informações que constam no cadastro dos assistidos, mais especificamente, dos que cumprem a pena em forma de estudos e são acompanhados pela equipe da área de Pedagogia. Durante este período, a referida equipe tinha cadastrado 160 assistidos, dos quais 69, por motivos diversos, não estavam frequentando as aulas com regularidade e, 91 frequentavam ativamente as aulas, destes, conseguimos chegar aos seguintes resultados:

- A maioria era homens, totalizando 81 (89%) e 10 mulheres (11 %).
- A faixa etária variava entre 18 e 55 anos. Destes a maioria com 26 a 35 anos de idade, equivalente a 40% do total de assistidos.
- Com relação ao registro em carteira (CTPS) e renda, percebe-se que 40% trabalhavam sem registro, apenas 27% possuíam registro em carteira e os outros, 33% não apresentavam informações.
- Com relação a renda, 21% ganhavam até 1 salário mínimo, 66% possuíam renda entre 1 e 3 salários mínimos. Constatou-se que 4% não apresentavam renda. Apenas 2% com uma situação econômica mais elevada com renda acima de 3 salários mínimos. Sendo que os 7% restantes não apresentavam este dado em seu prontuário.
- Sobre a escolaridade, percebe-se que dentre os assistidos 37% estavam no Ensino Médio, 57% no Ensino Fundamental Fase II e, 5% no Ensino Fundamental Fase I.

Em relação aos dados, dos 91 assistidos que foram analisados, foi possível concluir que 21 finalizaram sua pena até abril de 2015. Para obter mais informações sobre tais assistidos, a referida equipe entrou em contato com as instituições de ensino, e obteve os seguintes dados: 12 continuam frequentando as aulas com regularidade e 9 evadiram-se dos ambientes escolares de EJA, após finalizarem o cumprimento de sua pena.

A partir desses apontamentos verificamos que o trabalho que está sendo desenvolvido apresenta resultados significativos, pois o número de assistidos que após o término do cumprimento da pena continuam frequentando as aulas é superior aos que se evadiram dos espaços formais que oferecem a modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Neste sentido, percebemos que os momentos de diálogo e incentivo possibilitaram que tais sujeitos refletissem sobre a importância dos estudos, assim, a medida alternativa foi apenas o primeiro passo para traçar novos percursos na vida dos assistidos.

Considerações Finais

Consideramos que o processo educativo independente dos espaços onde ocorra tem sido em todos os processos históricos o meio pelo qual o homem procura garantir as condições de vida em sociedade. Nessa perspectiva, defendemos a ideia de que a democratização do acesso ao conhecimento é necessário e fundamental, principalmente quando tratamos de indivíduos que estão em desvantagens sociais e precisam reverter a situação de fracasso e reprovação, para alcançar níveis de escolaridade adequado.

Enfim, por meio das ações descritas nesta comunicação, a equipe da área de Pedagogia busca colocar em prática os princípios de direito à educação e igualdade de oportunidades, proporcionando o retorno dos assistidos aos processos formais de escolarização.

APOIO: Não contou com apoio financeiro.

Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários a uma prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. Educação Popular, Educação Social, Educação Comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. **Revista Diálogos: pesquisa em extensão universitária.** IV Congresso Internacional de Pedagogia Social: domínio epistemológico, Brasília, v.18, n.1, dez, 2012, p. 10-32.

RIBAS MACHADO, Érico. A constituição da Pedagogia Social na realidade educacional brasileira. 2010. 242 f. **Dissertação** (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina Centro de Ciências da Educação, Florianópolis 2010.

STRECK, Danilo. Pedagogias. In: STRECK, Danilo, REDIN, Euclides e ZITKOSKI, Jaime. **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.